



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA TURMA ESPECIAL**

**Processo nº** 10980.002608/2006-30

**Recurso nº** 138.265 Voluntário

**Matéria** RESTITUIÇÃO / COMPENSAÇÃO PIS

**Acórdão nº** 293-00.075

**Sessão de** 20 de novembro de 2008

**Recorrente** PARATI S/A

**Recorrida** DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP**

Período de apuração: 01/07/2004 a 31/12/2004

RESTITUIÇÃO. PRESSUPOSTO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DO DIREITO CREDITÓRIO. ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. INCOMPETÊNCIA DAS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS PARA APRECIAÇÃO. Documentos comprobatórios do direito creditório são indispensáveis para requisição de restituição/ressarcimento pelo sujeito passivo. (§1º, art. 3, IN 600/2005).

O Segundo Conselho de Contribuintes pacificou o entendimento de que as instâncias administrativas não possuem competência para se pronunciar sobre a constitucionalidade de lei (Súmula nº. 2/2007).

Recurso voluntário negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da TERCEIRA TURMA ESPECIAL do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO

Presidente

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 25/02/09

Marilde Cuculo de Oliveira  
Mat. Siape 91650

*Andreia Dantas Lacerda Monetar*  
ANDREIA DANTAS LACERDA MONETAr

Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Alexandre Kern e Luis Guilherme Queiroz Vivacqua.

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 25 / 02 / 09

*eff*  
Marilde Césario de Oliveira  
Mat. Siape 91650

## Relatório

Trata-se de recurso voluntário (fls. 41/48) interposto pelo contribuinte acima identificado, em 25/01/2007, contra acórdão nº 07-9.170 – 4ª Turma da DRJ em Florianópolis/SC, que indeferiu o pedido de restituição da contribuição do PIS formulado pela recorrente, nos termos da ementa do acórdão (fls. 36).

### *"ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL*

*Período de apuração: 01/07/2004 a 31/12/2004*

### *ARGÜIÇÃO DE ILEGALIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE. INCOMPETÊNCIA DAS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS PARA APRECIAÇÃO*

*As autoridades administrativas estão obrigadas à observância da legislação tributária vigente no País, sendo incompetentes para a apreciação de argüições de inconstitucionalidade e ilegalidade de atos legais regularmente editados.*

*Solicitação Indeferida.*

Em 16/03/2006, a recorrente apresentou pedido de restituição da Contribuição do PIS não cumulativo, referente ao período de julho/2004 a dezembro/2004, no valor de R\$ 55.638,86, por pagamento a maior em razão de alterações na legislação que passou a não mais permitir no computo dos créditos a parcela incidente sobre a depreciação de bens do ativo imobilizado na fabricação ou na prestação de serviços adquiridos a partir de maio/2004.

Em 22/05/2006 (fls. 23) a autoridade local considerou não formulado o pedido de restituição, dada a inexistência de crédito.

A DRJ indeferiu a solicitação, nos termos da Ementa já transcrita.

Inconformada com a decisão, a recorrente interpôs recurso voluntário ao 2º Conselho de Contribuintes, basicamente reiterando os argumentos apresentados na Manifestação de Inconformidade que: (a) o direito de crédito pleiteado, decorrente do pagamento indevido foi demonstrado pelo relatório de cálculo de fls. 8/9; b) a contribuinte não busca a inconstitucionalidade da legislação infraconstitucional; c) a contribuinte faz jus a restituição dos créditos do PIS relativos à depreciação ou amortização de bens e direitos de ativos imobilizados.

É o relatório.

ME-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 25.02.09

*elf*  
Marilda Cursino da Oliveira  
Mat. Siape 31650

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 25 / 02 / 09

  
Marilde Cursino de Oliveira  
Mat. Siape 91650

CC02/T93  
Fls. 53

## Voto

Conselheira ANDRÉIA DANTAS LACERDA MONETA, Relatora

O recurso é tempestivo e satisfaz os demais requisitos de admissibilidade, devendo ser conhecido.

De plano, verifica-se que o pleito da recorrente não merece ser deferido, ante a ausência de documentos comprobatórios do alegado direito creditório.

A contribuinte limitou-se a trazer tão-somente planilha, elaborada unilateralmente, destituída de qualquer comprovação da existência ou não de bens do ativo e do ativo imobilizado.

Conforme dispõe o art. 3º, §1º, da IN 600/2005, deverá ser anexado ao pedido de restituição documentos comprobatórios do direito creditório.

No presente caso, o alegado direito creditório gira em torno do PIS sobre bens do ativo e do ativo imobilizado, não tendo a recorrente, em momento algum, comprovado a existência desses bens, muito menos os recolhimentos indevidos ou a maior, ônus que cabia à recorrente, segundo o sistema de distribuição da carga probatória adotado pelo Processo Administrativo Federal: o ônus de provar a veracidade do que afirma é do interessado, segundo o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 36:

*"Art. 36. Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para a instrução e do disposto no artigo 37 desta Lei".*

Nesse sentido, portanto, não há como se reconhecer o direito a restituição pretendida pela recorrente.

Ainda não fosse por este motivo, verifica-se que a recorrente busca que a autoridade administrativa afaste norma legal que entende ferir a Constituição Federal, estando tal atitude fora da competência desse Órgão Administrativo, posto que não é dado o poder a este de declarar a constitucionalidade de lei.

Mesmo aduzindo a recorrente que não se pretende a declaração de constitucionalidade de lei, não é o que se verifica, por exemplo, às fls. 46, quando conclui que *"assim, pode-se afirmar que o limite instituído pela Lei nº 10.865/04 é inconstitucional e que é direito do contribuinte exigir a compensação de todo crédito apurado a partir das leis nºs 10.637/02 e 10.833/03."* (grifos no original).

A prerrogativa para declaração de constitucionalidade é apenas do Poder Judiciário, cabendo à autoridade administrativa aplicá-la ao caso, devendo essa vinculação do agente administrativo prevalecer até que a norma em discussão já tiver sido declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Verifique-se, ainda, o art. 49, do Regimento Interno do Conselho de Contribuintes, onde veda seja afastada a aplicação de tratado, acordo internacional, lei ou decreto, sob fundamento de constitucionalidade, que não tenha sido anteriormente reconhecida, na forma e pelas autoridades dispostas em seu parágrafo único.

No âmbito desse Segundo Conselho, outro não é o entendimento, inclusive sendo objeto da súmula nº 2/2007 que dispõe não ser este competente para se pronunciar sobre a constitucionalidade de legislação tributária.

No sentido dessa limitação de competência, verifica-se em inúmeros acórdãos do Segundo Conselho de Contribuintes, entre estes, cite-se o de nº. 203-12.704, de 13/02/2008:

*ALEGÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE, MATÉRIA DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO JUDICIÁRIO.*

*O Segundo Conselho não é competente para se pronunciar sobre a constitucionalidade de legislação tributária (Súmula nº 2/2007)*

Entretanto, no presente caso, seja por uma razão ou por outra, não merece deferimento o recurso voluntário interposto pela contribuinte.

Diante do exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 2008.

  
ANDREIA DANTAS LACERDA MONETA

MF-SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES	
CONFERE COM O ORIGINAL	
Brasília,	<u>25/02/09</u>
Márcia Cunha de Oliveira	
Mat. Sílpe 91650	